



Seminário

Perspectivas do Investimento em Cultura

Junho de 2008

Histórico do financiamento público a cultura



Esfera Federal

- 1935 – Lei das organizações de Utilidade Pública
- 1943 – Inserção do Imposto de Renda
- 1953 – Isenção das Contribuições Sociais
- 1986 – Lei Sarney
- 1991 – Lei Rouanet
- 1993 – Lei Audiovisual



Esfera Estadual

- 1995 – LINC
- 2006 – Lei do PAC

Esfera Municipal

- 1990 – Lei Municipal de Incentivo a Cultura
- - Fundo Municipal de apoio ao teatro

As polêmicas



- 1) Se há reconhecimento público do sistema de renúncia fiscal para o benefício a terceiros, sem licitação.
- 2) Se há credibilidade do sistema pelo qual a decisão final cabe ao mercado (segundo setor) decidir a alocação dos recursos públicos.
- 3) Se há aceitação pública do sistema onde o proponente se apropria da renúncia para obter lucro com a operação.
- 4) Se o sistema de financiamento atinge seus objetivos, sem distorcer ainda mais as carências regionais e setoriais.

Os equívocos



- 1) Eleger as leis de incentivo como a única forma de financiamento público da cultura.
- 2) Os agentes culturais iludirem-se que o Estado poderá contemplá-los na totalidade de seus anseios.
- 3) As leis de incentivo à cultura foram criadas para corrigir distorções regionais, econômicas e sociais.

Evolução do Orçamento da Secretaria da Cultura



Exercício	Dotação Atual	Base 100
2004	127.924.499,00	Base 100
2005	169.949.370,00	1,32
2006	279.294.641,00	2,18
2007	337.242.710,00	2,63
2008	366.943.982,00	2,86